

21 OUT 1986

DF-educ

# Fábio Bruno não quer opinião de sindicato

O secretário da Educação Fábio Bruno disse ontem estranhar pedido formulado pela presidente do Sinpro, Lúcia Carvalho, no sentido de permitir que a categoria dos professores «desse uma olhada» e também opinassem quanto ao esboço do Plano de Cargos e Salários, prometido pelo governador Aparecido a partir de janeiro de 1987.

«Como se discute uma coisa que não é», retrucou o secretário à afirmação da sindicalista, que disse no último sábado: «A gente não pode receber alguma coisa, sem saber o que é». Fábio Bruno esclareceu que agora, «o quadro de carreiras só pode ser discutido quando tiver totalmente aprovado, tanto pela Seplan, quanto pela CPP, porque se não você irá discutir algo que nem pode ser mais mudado». Lembrou o secretário, «que eles (os professores), já tiveram um tempo de acesso ao Plano de Carreiras, agora quem pode mudar é só o CPP, ninguém mais pode opinar, inclusive eu».

Segundo o professor Fábio Bruno, hoje o Quadro de Carreiras do Magistério está recebendo os últimos acertos e detalhes na secretaria de Administração do GDF. O passo seguinte será chegar às mãos do Conselho de Política de Pessoal (CPP), que é integrado pelos titulares das pastas de Finanças, Gabinete Civil, Trabalho, Administração e Governo, que é o organismo responsável pela elaboração do parecer e conclusão final do Plano de Cargos e Salários.

«O Plano não está comigo, nem tampouco na Secretaria de

Educação, só sei que somente o CPP é que tem autoridade para aumentar ou retirar recursos», disse Bruno. Ele também afirmou que se comprometeu no acordo coletivo com os professores, a fazer gestões junto à Secretaria de Administração. Entretanto, considerou estas gestões «como muito pouco práticas, porque sem a aprovação do Plano não há discussões em cima de um plano não aprovado, ou seja, de um pré-plano».

Fábio Bruno indicou que o CPP aprovará com modificações ou não o Quadro de Carreiras, e a partir daí «o sindicato tomará conhecimento e poderá tirar deduções caso achem por ventura necessário». O secretário da educação do GDF afirmou que é «tecnicamente, praticamente impossível» o pedido do sindicato em realizar gradualmente o processo de reclassificação, pois desta maneira «os professores poderiam ser beneficiados duas vezes».

O secretário foi enfático, «ou existe o plano ou não existe», acrescentando que a partir das vigências deste Quadro de Carreiras, os professores serão beneficiados trienalmente com os aumentos de níveis e com os cursos superiores que por ventura obtenham dentro da área, ou seja, pedagogia. «O que não iremos permitir é beneficiar pessoas que tenham feito cursos superiores, mas em outras áreas», disse o secretário. Ele aproveitou para afirmar que irá propor à FEDF, «que toda vaga de professor em uma Escola Normal seja preenchida somente através de um concurso».

JORNAL DE BRASÍLIA